



Fogo durou oito dias e foi a que mais tempo o Corpo de Bombeiros levou para debelar em sua história; tráfego no Porto foi paralisado

Ultracargo sofre ações e deve tentar acordo hoje

Cerca de 600 processos visam indenizar pescadores, caminhoneiros e moradores da Alemoa

DE SÃO PAULO

Nove meses e meio após o incêndio em seis tanques de combustíveis da Ultracargo, na Alemoa, em Santos, cerca de 600 ações judiciais foram impetradas contra a empresa para que indenize pescadores, caminhoneiros e moradores de áreas próximas ao local do fogo. Os processos mais recentes datam da semana passada.

Segundo o Ministério Público Estadual (MPE), após meses de negativas, a empresa convocou uma tentativa de acordo, marcada para hoje. Promotores deverão propor que pescadores recebam auxílio para ficar pelo menos dois anos sem exercer a atividade na região atingida pelo fogo.

A ocorrência, que durou 192 horas (oito dias) e foi a que mais tempo o Corpo de Bombeiros levou para debelar em sua história, obrigou a suspensão do tráfego na via de acesso ao Porto. Até hoje, não se sabe o que deu início ao fogo.

O combate ao incêndio e o consequente uso de bilhões de litros de água fez escoar para o estuário resíduos de combustível que prejudicaram o ecossistema. Na primeira semana após a ocorrência, já se contabilizavam dez toneladas de peixes mortos.

Isso ajuda a entender quem forma a maioria das pessoas que ingressaram com ações: pescadores.

Advogado representante de três colônias de pescadores da região, Emerson Souza Gomes estima que tenha ingressado com cerca de 600 ações contra a empresa para reparações a



Em virtude do acidente da Ultracargo, só na primeira semana de incêndio, morreram 10t de peixes

moradores de Santos e localidades próximas – cada uma delas com valores entre R\$ 100 mil e R\$ 120 mil.

A decisão por processos individuais ou por famílias, explica Gomes, deu-se após a Justiça não ter atendido os primeiros pedidos feitos no âmbito de uma ação coletiva.

Uma semana após o incêndio, a Companhia Ambiental do Estado (Cetesb) aplicou multa de R\$ 22,5 milhões ao grupo proprietário do terminal por danos ambientais, riscos para a população e outras consequências na zona industrial de Santos.

INQUÉRITO

Está em fase final o inquérito

civil instaurado pelo MPE para apurar as responsabilidades e consequências do incêndio nos tanques da Ultracargo.

Segundo o órgão, a investigação ainda aguarda a conclusão das perícias finais na área do terminal.

Apesar disso, o MPE anteci-

pou que pretende ingressar com ação civil pública para cobrar da empresa reparações dos danos ambientais. A Polícia Civil, que também iniciou uma apuração, informou que aguarda o resultado de laudos.

Em nota, a Ultracargo informou ter buscado "apoio profissional para avaliar eventuais necessidades da comunidade local", constatado a "recuperação natural e paulatina do meio (ambiente)" e que dialoga com o MP para um "acordo satisfatório para as partes envolvidas". Sobre as ações, "aguarda a conclusão das investigações sobre as causas do incidente e não se pronuncia a respeito de ações judiciais em curso". (Estadão Conteúdo)